



Patrimonialização e Discursos de Memória em Itaipu.

Julienne Tardeli*

A ideia de preservar um patrimônio remete-se a ao poder de afirmar identidades e valores que um bem obtém. Originalmente pensado como herança familiar ou legado de um grupo ou Estado, o termo patrimônio foi se modificando ao longo da história. Segundo Françoise Choay (2006) é na noção de patrimônio histórico e de museologia suscitado no contexto pós Revolução francesa que se apóia a visão contemporânea. No Brasil, a perspectiva de criação de um discurso museológico nacional se deu especialmente com a criação do Museu Histórico Nacional, que pelo projeto de intelectuais ligados a Gustavo Barroso, passava a ter a missão de educar o povo através da materialização da tradição e de uma história oficial.

Após o surgimento do modernismo, intelectuais vislumbravam a valorização de aspectos que configurassem características genuinamente brasileiras. Nasce assim a necessidade de se preservar o patrimônio, que agora abarcava as singularidades nacionais. Neste contexto, foi criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, que tinha como presidente Rodrigo de Melo Franco de Andrade¹. O surgimento do SPHAN marca o processo de institucionalização de uma política para patrimônio cultural no país, que tinha como compromisso com a gestão de uma memória nacional, baseada na integração e na coesão social. De acordo com Julião (2006), o SPHAN foi responsável pela entronização do barroco como símbolo nacional e pela multiplicação de processos de tombamentos de monumentos e obras arquitetônicas que se referiam a um passado religioso.

* Mestranda do Programa de Pós Graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista Capes.

¹ A Lei de nº 378, no governo de Getúlio Vargas de 13 de janeiro de 1937 – cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e em 30 de novembro de 1937, o decreto-lei de nº 25 organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Em 1946 o Sphan passa a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) e já em 1970 o Dphan se transforma em Iphan. Em 1979 o Iphan se divide em Sphan – órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM) – órgão executivo. No ano de 1990 há a extinção do Sphan e da FNpM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Finalmente, em 06 de dezembro de 1994, por medida provisória, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação de Artes – FUNARTE. Vale ressaltar que as denominações do órgão de proteção ao patrimônio irão variar neste trabalho, visto que nosso texto abarca algumas das temporalidades de mudança do instituto, citadas acima.



Assim como com os estudos museológicos, a noção de patrimônio foi ampliada de acordo com o passar do tempo. As ações de patrimonialização, assim como as museológicas passaram a ter como escopo o atendimento às coletividades, fazendo-se necessário para que políticas nesta área venham a ter significado o interesse público pela preservação, transmissão, difusão e apropriação dos bens patrimonializados. Este texto pretende analisar, duas ações específicas no campo do patrimônio brasileiro, para discutir qual a representatividade destas para o grupo que o cerca. Problematicamos aqui as relações entre a comunidade tradicional de pescadores artesanais da praia de Itaipu e um bem tombado como patrimônio, as Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Neste mesmo bem se encontra ainda nosso outro objeto analítico, o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), instalado no espaço das ruínas desde o final da década de 1970. Nosso trabalho visa discutir os projetos de tombamento das ruínas, assim como a construção de um museu arqueológico em seu espaço.

A análise empreendida tem como objetivo refletir sobre as mudanças nas concepções sobre o patrimônio brasileiro ao longo do tempo, relacionando-as ao possível distanciamento entre a comunidade estudada e o bem patrimonializado e como todos estes processos confluem para a formação dos discursos de memória dos pescadores. Assim, é feito um breve levantamento contextual sobre o modo de vida em Itaipu, assim como sobre sua relação secular com a pesca, para que se entendam as condições atuais em que estes discursos (no caso dos relatos orais) são produzidos².

Pescadores Tradicionais de Itaipu

A praia de Itaipu, situada no bairro de mesmo nome, pertence à região oceânica de Niterói, Rio de Janeiro. Nela se encontra uma vila de pescadores, que desde tempos imemoriais praticam a pesca artesanal³. Segundo Elina Pessanha (2003), as pescarias nesta praia remontam às atividades do período Colonial, sendo a organização do trabalho

² A contextualização sobre a vida em Itaipu faz-se necessária para a análise dos discursos de memória que permeiam aquela localidade, visto que todo discurso está inserido em redes relacionais, confrontando a todo tempo discursos concorrentes. Neste sentido, discursos de memória podem ser lidos como luta por hegemonia social e permeados pelo ambiente em que são produzidos.

³ Modalidade de pesca com embarcações de pequeno porte. Pode ser feita por rede de arrasto, esmalho, arrasto simples, duplo, tarrafa, linha, anzol etc. Apesar de terem sido muitas as pescarias de pesca artesanal na praia de Itaipu, hoje só existem duas pescarias em canoas, feitas por rede de arrasto, que pertencem aos pescadores conhecidos como “Cambuci” e “Lula”.



estabelecida através da formação de *companhas*⁴. Até 40 anos atrás, a vila de pescadores era ainda muito isolada, sendo a pesca o modo principal de subsistência. Nos últimos anos, porém, a pesca em Itaipu tem decaído. Os pescadores, que aprenderam o ofício da pesca como herança de família, têm deixado seus filhos “escolherem seu destino”, desencorajando-os a seguir o mesmo caminho que os seus.

A comunidade de Pescadores da praia de Itaipu é compreendida como uma *comunidade tradicional*, por esta possuir uma série de elementos que suas próprias histórias, mitos fundadores e rituais, inerentes à pesca⁵. Destaca-se assim, que esta comunidade é tradicional ainda por ser formada por ligações de parentesco, “Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos” (DIEGUES e ARRUDA, Op. Cit.: 49).

É que aqui na praia todo mundo é parente. Um é primo do outro, é cunhado de um, cunhado de outro e é primo 2º do seu pai que vem ser de 3º seu, então aqui na praia é assim, é uma comunidade que todo mundo ou é Souza ou é Lopes. Quem não é Lopes é Souza, quem não é Souza é Lopes. (LOPES em entrevista à TARDELI, 2012).

Destacamos a importância das simbologias, mitos e rituais associados à pesca, assim como os marcos simbólicos do território. Para o pescador, o território depende não só do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes, assim, o espaço marítimo tem suas marcas de posse e simbologias. Para ele, “o território é muito mais vasto que para os terrestres, e sua ‘posse’ é muito fluida. Apesar disso, é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades” CORDELL apud DIEGUES e ARRUDA, Op.Cit.: 25. Segundo Elina Pessanha, a tradição em Itaipu é ordenada de acordo com as relações sociais que se dão no interior das pescarias: “Os pontos de pesca e os limites da praia marcam, assim, o próprio espaço, estabelecendo intervalos e barreiras que devem ser

⁴ Grupo de profissionais de pesca com tarefas e habilidades específicas, que variam conforme o tipo de captura a que se dedicam.

⁵ Enquadrarmos este grupo no conceito de comunidade tradicional diz respeito a identificação do pescador, legitimada pela ancestralidade, sua relação com os recursos naturais e relações de trabalho. Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda (2001) afirmam que se podem classificar comunidade tradicionais, aqueles grupos que mantêm certa distância da sociedade ampla por apresentarem maior relação com uso e manejo dos recursos naturais, transferindo conhecimento por oralidade de geração em geração, dando importância a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais.



lidos como sociais” (Op. Cit.: 47). De acordo com o pescador Jorge Nunes de Souza, os pontos de pesca foram tradicionalmente marcados através de rituais e simbologias próprias, destacando como exemplo os *acordos de cavalheiro*: “Ele⁶ tinha que sair de tarde com a embarcação pronta pra ir pescar ir lá jogar a âncora dentro d’ água, molhar a âncora toda, jogar a âncora pra cima, e vir embora. E isso não tinha, não tá escrito em lugar nenhum, era o acordo de cavalheiro” (NUNES em entrevista à TARDELI, 2012).

O conhecimento das regras locais, dos acordos de cavalheiro, para os pescadores d Itaipu, consiste no principal fator para se denominar pescador “de Itaipu”. Tendo em vista a classificação feita dos pescadores/ moradores locais ao acionar um discurso que legitima práticas concernentes à dinâmica praia, do mar, e à apropriação dos recursos. (CARVALHIDO, 2012: 32).

A fala do nosso entrevistado suscita ainda a importância da transferência do conhecimento por oralidade de geração em geração, “Nesse sentido, o conhecimento tradicional somente pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que é gerado” (PEREIRA, 1997).

A população tradicional dos pescadores de Itaipu, sobretudo os mais velhos, os antigos pescadores, tem um profundo conhecimento do ambiente em que vive, das espécies que pesca e utiliza no seu dia-a-dia. Parte desse etnoconhecimento está sendo perdido no processo das “mudanças sociais”, como a introdução da pesca embarcada, a chegada do turismo ocasional e da especulação imobiliária. (PEREIRA, ibidem, 32).

O esvaziamento da prática da pesca é devido às dificuldades encontradas pelas comunidades pesqueiras na atualidade, derivadas da expansão capitalista e imobiliária. Mediante aos problemas sociais e ameaças à manutenção da pesca artesanal, tem-se visto crescer um fenômeno que a autora Beatriz Sarlo (2007) denominou *políticas de identidade*⁷. A comunidade de pescadores tem procurado reafirmar seus direitos recorrendo à valorização da sua identidade, atrelada à pesca: “Tínhamos o costume de cada vez assim, uma vez na semana ir pra casa de um parente [...] mas com o crescimento da especulação, do crescimento desordenado [...] Itaipu cresceu muito e cresceu d uma tal forma que a gente chega uma hora que a gente não sabe mais parar isso”. (SILVA em entrevista à TARDELI, 2012).

Uma das soluções encontradas por esta comunidade foi recorrer ao registro do ofício da pesca como bem patrimônio imaterial. A pesca artesanal realizada em Itaipu passou a ser

⁶ O pescador

⁷ Beatriz Sarlo remete-se a este conceito para explicar o crescente fenômeno de grupos utilizarem-se de argumentos de identidade coletiva e tradição em contraponto aos problemas sociais enfrentados na atualidade.



considerada patrimônio imaterial do município de Niterói⁸. Além do ofício da pesca, hoje identificado como um bem intangível tem-se, nesta mesma vila, um bem de *pedra e cal*⁹ patrimonializado pelo SPHAN na década de 1950, no qual funciona desde 1977 o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Neste bem, que está em ruínas, funcionara um antigo recolhimento para mulheres, tendo seu espaço sofrido vários usos durante o tempo.

As Ruínas compreendem um conjunto arquitetônico do século XVIII do Recolhimento de Santa Teresa que serviu como confinamento de mulheres e passou em 1833 a ser utilizado como asilo para menores. Sabe-se que no, século XX este local foi marcado por diversos conflitos de posse, pelo processo de tombamento, além da criação do museu já no fim da década de 70. As parcas informações sobre a ocupação dos remanescentes no século XX confluem para a presença de pescadores em seu interno (TARDELI, 2012).

Com o intento de refletirmos as questões que perpassam os projetos de tombamento das ruínas, assim como a construção do MAI, mostraremos na próxima seção, como a relação entre a comunidade de pescadores e este espaço que teve como proposta um *lugar de memória* (NORA, 1993). Trabalhamos com a ideia de “proposta” de um *lugar de memória*, ao passo que este conceito se remete a locais dotados de significado através do resgate de memórias e tradições que já não existem mais. Como a funcionalidade destes *lugares* centra-se na afirmação de identidades e a nossa hipótese é que quando instituído o tombamento das ruínas, esta identificação não ocorreu naquele momento, escolhemos pensar o lugar de memória aqui como projeção não realizada.

Patrimonialização na Vila

Ao tomar os Remanescentes, o SPHAN preocupara-se em restaurar e preservar o estilo arquitetônico setecentista e neste processo, não se atentou para a existência das práticas culturais e sociabilidades existentes no entorno do bem tombado. De acordo com Márcia Chuva as primeiras administrações do SPHAN foram marcadas pela grande presença de arquitetos: “Eles efetivamente tiveram peso significativo no processo de rotinização das práticas de preservação cultural no Brasil” (CHUVA, 2009: 197). Os passos iniciais das políticas de patrimônio no Brasil priorizaram a valorização dos monumentos de *pedra e cal*,

⁸ Projeto de lei 263/2010 do vereador Renatinho do Partido Socialismo e Liberdade (Psol).

⁹ Expressão utilizada para designar bens arquitetônicos.



visão distinta das discussões patrimoniais atuais, que valorizam, sobretudo, as práticas culturais, consideradas como patrimônio intangível.

Os investimentos na área cultural brasileira mudaram de rumo a partir de 1975, com a criação do CNRC¹⁰ sob a coordenação de Alouísio Magalhães, quando “promoveu-se uma reflexão crítica e uma renovação conceitual no campo da preservação do patrimônio cultural (JULIÃO, Op. Cit.: 26) e o IPHAN passou a reconhecer as diversidades culturais e os produtos do fazer popular. Segundo a autora, a partir da década de 1970 e 80 novos conceitos emergiram no campo do patrimônio cultural, sendo marcados pela valorização antropológica da cultura e refletiam ainda ao processo de redemocratização do Brasil – prova da mudança foi a constituição de 1988, que garantia os “direitos dos cidadãos”¹¹. Julião reflete ainda sobre o movimento de renovação da museologia, afirmando que este processo fez com que os museus fossem vistos de forma mais dinâmica, como extensão cultural passa a integrar as questões da vida cotidiana das comunidades¹². Podemos refletir que o projeto de criação do MAI, elaborado quando Renato Soeiro, presidente do DPHAN à época, via de forma positiva o envolvimento da comunidade com o museu. O que ocorreu, entretanto, foi um inicial estranhamento à sua instalação e o consequente afastamento entre a comunidade e este proposto *lugar de memória*.

Os processos de tombamento e criação do museu, assim com o papel em que este desempenha nos tempos atuais, são permeados por conflitos, divergências e discursos de

¹⁰ Centro Nacional de Referência Cultural.

¹¹ O alargamento da noção de patrimônio no Brasil se deu principalmente após a constituição de 1988 e ao estabelecimento do decreto 3.551 de 2000 que prevê a valorização do patrimônio imaterial. Mediante a ampliação da noção de patrimônio, os debates sobre proteção patrimonial foram estendidos, possibilitando a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Este processo ampliou ainda o conceito de cidadania, pois passou a reconhecer direitos culturais de grupos diferentes. Dentre os direitos, estão à memória e à fruição cultural. A extensão destes conceitos proporcionou ainda a valorização de patrimônios locais e regionais, diferindo das ações patrimoniais anteriores, que visavam a coesão nacional através da formação de uma identidade comum.

¹² No campo da museologia, esta “girada antropológica” se deu em âmbito internacional e tem como marco inicial a mesa de Santiago em 1972, por esta se tratar de uma tomada de posição política frente aos governos centralizadores e de opressões militares, tendo por destaque o surgimento do conceito de *Museu Integral*. Este conceito tem como premissa a integração da comunidade no cotidiano do museu, levando este a ser visto como instrumento de ação e transformação social. A função do Museu Integral seria intervir na sociedade para guiá-la, conscientizá-la. Apesar da visão ainda verticalizada de museu, a carta de Santiago lançou profícuas reflexões acerca do papel do museu para com seu público. Já em 1984, com a declaração de Quebec passa-se a pensar a Nova Museologia em contraposição à Museologia Tradicional. Outras reformulações na área museologia se encontram ainda na declaração de Caracas, que passa a considerar o museu não como *Integral*, mas como *Integrado*.



memória, que necessitam ser revisitados para que se mostre que, como em todo processo histórico, são compostos de contradições e conflitos. A atuação da Colônia de pescadores¹³ Z-10 (atual Z-7) nos processos de tombamento e na instituição do Museu é um exemplo destas contradições. O pedido de tombamento¹⁴ consta nos documentos do acervo técnico do MAI como iniciativa do interventor da Colônia de Pescadores, como se pode avaliar no ofício ao Diretor do Patrimônio histórico e Artístico Nacional: “vem respeitosamente solicitar [...] providencias necessárias ao tombamento das ruínas do Mosteiro de Santa Thereza, localizado em terreno de marinha, na parte norte da praia de Itaipu, local vulgarmente denominado CANTO DO PRATO” (Acervo do MAI: Pasta 7.3.2. Recolhimento de Santa Teresa, documento 16: Of. 2).

Encontra-se nesta iniciativa, entretanto, uma grande contradição, pois, sendo a colônia, responsável pelas demandas da Comunidade pesqueira, pediu ao patrimônio a intervenção nas ruínas, que por sua vez, eram utilizadas por pescadores para habitação, trabalho e para realização de missas, casamentos e festas na capela construída dentro dos remanescentes (SALADINO, 2007). As contradições acerca da colônia perpassam a figura de Hildo de Mello Ribeiro. Antigo interventor da Colônia e agente de Pesca Federal, Hildo foi responsável pela formação de uma coleção de materiais arqueológicos coletados nos sambaquis (RIBEIRO 2007) próximos às ruínas do recolhimento, assim como pela parceria com o IPHAN para a instituição de um Museu nas ruínas. De acordo com relatos da própria comunidade e de trabalhos anteriores ao nosso, pode-se constatar que opiniões sobre este senhor são divergentes, ora louvando seu desempenho enquanto representante da Colônia, ora o acusando a corroborar ao processo de tombamento¹⁵.

É, e era meu cumpade (Hildo), batizou meus filhos esse que eu to falando. Se eu não sáísse (das ruínas) ele ia panhar minhas coisas todas e botar na rua. Ai eu fiquei perdida, sem saber pra onde ia, com 8 crianças! (ABREU em entrevista à TARDELLI, 2012).

¹³ As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores foram reconhecidas, pela Lei nº 11.699, de 2008, como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cecp/>>.

¹⁴ O pedido de tombamento das ruínas iniciado no final da década de 1930, sendo inscrito os remanescentes no livro do Tombo das Belas Artes nº 425 de 30 de novembro de 1937 pelo processo nº 365- T- 46 no SPHAN e certificados como bem tombado em 08 de janeiro de 1955,

¹⁵ Vale salientar que a partir de alguns relatos da comunidade, pode-se constatar que o tombamento foi requerido na gestão anterior a de Hildo de Mello Ribeiro.



Hildo, muito bom rapaz. Hildo quis tudo de bem pros pescadores, mas não sei qual a revolta que teve que tiraram ele da colônia. (LOPES em entrevista à TARDELI, 2014).

Os conflitos entre membros da comunidade e bem perpassam ainda à primeira exposição do MAI. Ferreira (2012) aponta que a aproximação entre a instituição e a comunidade local se tornou esparsa devido a alguns fatores, como a rejeição dos artefatos recolhidos por Hildo de Mello Ribeiro, que fora considerado arqueólogo amador pelo IPHAN, provocada pelas querelas entre arqueólogos profissionais e amadores provenientes do momento de legitimação que o campo da ciência arqueológica passava. Neste sentido, podemos ressaltar os esforços atuais empreendidos pelo MAI em dialogar com a comunidade e seu entorno são visíveis. O projeto de elaboração da atual exposição de longa duração preocupa-se em se manter a par dos discursos da museologia contemporânea e desenvolve projetos que visam “trabalhar com a comunidade de pescadores e de estudantes local pelo viés da memória coletiva e da preservação dos ecossistemas de Itaipu” (MAI: Plano Museológico 2011-2014: 8). Em entrevista sobre o papel do museu hoje, um pescador antigo em Itaipu afirma

Então pra gente ele é um bem tombado e pra gente ele é um bem que traz um bem estar pra gente porque ele é um esteio pra gente. Pra mim! Pros outros eu não sei, pra mim. Pra mim que sou uma raiz de Itaipu, pra mim eu tenho o museu como se fosse uma mãe pra mim, [...] Porque se alguém vier mexer comigo, ele vai ter que tirar o museu. Eu to colado ao museu, só quem pode me tirar daqui é o museu. [...]. (SOUZA em entrevista à TARDELI, 2012).

Considerações Finais

Este texto procurou demonstrar as diferentes concepções que permeiam os projetos de preservação do patrimônio e museologia brasileiros, ampliando o debate sobre estes na comunidade. Assim, buscamos entender como os discursos de valorização do patrimônio nacional, com os tombamentos de bens de *pedra e cal*, o contexto de afirmação da arqueologia no final da década de 1970, assim como a recente valorização do patrimônio imaterial alcançam esta comunidade e como esta reage a estes movimentos. Nossas reflexões objetivam entender as deficiências ou obstáculos que ainda nos dias atuais impedem com que alguns dos moradores da praia de Itaipu se identifiquem com o MAI, mesmo que a proposta deste seja de estreitamento de relações.



Ao considerarmos as *políticas de identidade*, assim como os discursos de memória em relação ao contexto atual de esvaziamento das tradições da pesca, podemos ver que as falas sobre identidade local promovidas pelos moradores da praia de Itaipu são devidas aos problemas sociais inerentes à manutenção da pesca artesanal. Por fim, podemos notar que os relatos sobre o tombamento das ruínas e criação do MAI são permeados por diversos conflitos e esta relação tensa torna-se responsável pelo distanciamento entre a comunidade e as ruínas, provocando a não identificação da tradição da pesca com o espaço patrimonializado. Mostra, portanto que, apesar de serem tombadas, as ruínas não representam para a comunidade um *lugar de memória*, ou seja, um arcabouço para fundamentarem seus discursos sobre suas tradições locais e identidades perdidas.

5. Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CARVALHIDO, Vitor Rondon. *Do “direito à vez” à vez dos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu*. UFF, 2012.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Romeiro. *Arquitetos da Memória: Sociogênese da Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- TARDELI, Juliene. *Itaipu: Como veem os pescadores? Memória e conflito nos remanescentes do recolhimento de santa Teresa*. UERJ, 2012.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005.
- FERREIRA, Maria De Simone. Museu de Arqueologia de Itaipu: mediação de conflitos para equilíbrio social e ambiental. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 43, 2011, p. 6-9.
- _____. *Museu de Arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em ruínas*. In: *Anais do XV Encontro Regional da ANPUH-RIO*, 2012.



GONÇALVES, Márcia de Almeida. Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre ética de pertencimento e identidades sociais. In: *IV Seminário Perspectivas do Ensino de História*. Ouro Preto, Minas Gerais, 2001.

JULIÃO, Letícia. *Apointamentos sobre a história do museu*. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília. MinC, IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2ª ed. Belo Horizonte, SEC, Superintendência de Museus: 2006.

LIMA, Roberto Kant; PEREIRA, Luciana F: *Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*. Projeto História, São Paulo, 1993.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. In: *Museologia e Patrimônio* - vol.II no 1 - jan/jun de 2009, p. 54-69.

_____. Discurso, Análise de Discurso e Memória.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói, RJ: EDUFF, 2003.

RIBEIRO, Diego de Lemos. *A Ciência da Informação em ação: Um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)*. PPGCI/UFF - IBICT/MCT. Rio de Janeiro, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.